



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

## SABERES NECESSÁRIOS À FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PROFESSORES PARA O ENSINO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Geyse Chrystine Pereira Souza Fernandes<sup>69</sup>  
(UNIMES)

### RESUMO

Muito tem-se discutido sobre a educação do campo atualmente. A partir das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, a educação do campo expressa uma nova concepção quanto ao campo, o camponês ou o trabalhador rural, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em torno da educação. **Objetivo:** Identificar na literatura, que saberes devem ser incorporados à formação inicial e continuada dos professores para o ensino na ponte campo-cidade. **Método:** Revisão literária. **Resultados e discussão:** Existe o segmento rural dos Sem Terras e outro segmento que constitui-se da população que vive na terra em que nasceu, na condição de produtor familiar. Ainda existe um terceiro segmento que, por meio do transporte escolar, é deslocada do meio rural indo frequentar escolas localizadas em áreas urbanas. Nesse cenário novas tecnologias e mídias educacionais estão nas escolas inserindo seus filhos na globalização da informação. Dessa forma, a definição de saberes necessários à formação inicial e continuada de professores para atuar numa escola com clientela rural e urbana, na dimensão da educação do campo deve levar em consideração: o conceito de Educação do Campo como fazendo parte de um avanço epistemológico, político e ético. **Conclusão:** A literatura indica que a educação do campo emergiu de movimentos sociais e que ela deve ser voltada para seus interesses, não se reduzindo às práticas utilitaristas, mas numa educação mais profunda e democrática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação do campo, Formação, Professor.

---

<sup>69</sup> \* Pedagoga, graduanda em Biologia, especialista em Saúde Coletiva e em Ciências Biológicas UNIMES. E-mail: geyssefisioterapia@gmail.com



## INTRODUÇÃO

Muito tem-se discutido sobre a educação do campo atualmente: como deve ser, para quem, com qual finalidade, qual a pedagogia ... por fim, qual a formação desse educador? A partir das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, a educação do campo expressa uma nova concepção quanto ao campo, o camponês ou o trabalhador rural, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em torno da educação. Em contraponto à visão de camponês e de rural como sinônimo de arcaico e atrasado, a concepção de educação do campo valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento Sustentável (SOUZA, 2008).

Essas discussões em torno de uma educação específica e diferenciada para as populações rurais no Brasil ganham uma nova dinâmica a partir dos movimentos sociais em defesa do campo, com o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I Enera), promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em julho de 1997 (LEITE, 2002 apud SILVEIRA, 2011).

Com a contribuição de pensadores e pesquisadores da educação brasileira, destacando-se Miguel Arroyo e Roseli Salette Caldar, apoiados na teoria libertadora de Paulo Freire, esse esforço vai se afirmando como um movimento de renovação pedagógica, culminando com a construção do projeto político-pedagógico das escolas do MST – a Pedagogia da Terra – e das Diretrizes Nacionais para a Educação Básica do Campo (Resolução CNE/CEB nº 02/200 e 04/2010) (SILVEIRA, 2011).

## OBJETIVO

Identificar na literatura, quais saberes devem ser incorporados à formação inicial e continuada dos professores para o ensino na ponte campo-cidade.



## **METODOLOGIA**

A pesquisa consiste em uma revisão literária.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Existe o segmento rural dos Sem Terras e outro segmento que constitui-se da população que vive na terra em que nasceu, na condição de produtor familiar, com uma organização social própria, alicerçada na cultura local, e que busca a garantia de seus direitos fundamentais por meio de organizações associativistas, ou seja, por meio de um movimento social com características díspares do MST. Aqui, a escola requer um projeto pedagógico que incorpore no currículo os saberes que preparam para a produção e o trabalho, mas também os saberes que preparam para a emancipação e a realização plena do ser humano, a partir do seu lugar (SILVEIRA, 2011).

Ainda existe um terceiro segmento que, por meio do transporte escolar, é deslocada do meio rural indo frequentar escolas localizadas em áreas urbanas, suscitando a necessidade de formação de professores para mediar o ensino em salas de aula de contexto diverso: urbano-rural. Nesse cenário novas tecnologias e mídias educacionais estão nas escolas inserindo seus filhos na globalização da informação, o que pode tornar a vida urbana ainda mais atraente.

Fortalecendo o processo de aculturação do rural tradicional iniciado com a chegada da televisão – quando o modo de vida urbano passa a influenciar o *modus vivendi* das famílias rurais – emerge uma mudança de hábitos, valores e atitudes, refletindo-se sempre no aumento do êxodo dos jovens rurais e, ao mesmo tempo, na definição de uma nova ruralidade.

De outro lado, o desemprego estrutural e tecnológico coloca os filhos e filhas dos agricultores, sem profissionalização, em condições inferiores de concorrer no mercado urbano pelos escassos empregos existentes (SILVEIRA, 2011).



Nesse contexto, a definição de saberes necessários à formação inicial e continuada de professores para atuar numa escola com clientela rural e urbana, na dimensão da educação do campo e considerando as expectativas e necessidades educacionais das comunidades envolvidas neste estudo para a sustentabilidade da vida no campo, Silveira (2011) relata que deve-se levar em consideração:

- O conceito de Educação do Campo como fazendo parte de um avanço epistemológico, político e ético que deseja, por um lado, confrontar-se com a ideia de rural, ou melhor, de educação rural, e, por outro, ampliar o sentido historicamente pensado como sendo característico desta educação;
- O professor como mediador do processo de construção do conhecimento, que expresse em seu fazer pedagógico as dimensões humana, tecnológica e política e que seja capaz de visualizar os efeitos sociais do trabalho pedagógico e dos condicionamentos que nele interferem, que saiba selecionar criticamente as orientações de sua práxis.
- Interpretação do conceito de Educação do Campo à luz da profusão teórico-conceitual das novas ruralidades, não destinada a um grupo hegemônico, mas a pessoas que, embora residam no campo, estão em permanente convívio com o urbano, tanto na escola, quanto no trabalho e nos demais grupos sociais.

Conhecer envolve um movimento dialético que vai da ação à reflexão sobre ela e desta a uma nova ação (FREIRE, 2003), a formação continuada do professor da escola da ponte campo-cidade pressupõe, resguardada a peculiaridade do nível de ensino em que atuará, a adoção de conhecimentos, competências e habilidades para ensinar o que o aluno precisa e deve aprender nesse movimento. Dessa forma um professor da educação básica deve conhecer a história da sua escola, do seu lugar, do seu povo. Também não se pode aceitar que o professor desconheça as características e tendências



socioeconômicas de seu município, de seu distrito, de sua cidade, da sua comunidade rural (SILVEIRA, 2011).

Na visão das organizações rurais, a escola, na ponte campo-cidade, exige uma formação voltada para a promoção da igualdade, para a formação ética, comprometida com o exercício da cidadania, a compreensão da realidade, a formação de valores (SILVEIRA, 2011).

A educação do campo, do modo como vem sendo trabalhada pelos movimentos sociais, inaugura ao menos duas frentes no debate educacional brasileiro: (SOUZA, 2008):

- Constrói uma noção de educação pública pautada nos interesses da sociedade civil organizada, em contraponto à educação pública estatal que historicamente marca a gestão e a prática pedagógica no Brasil. (SOUZA, 2008).
- Possibilita o debate acerca da prática pedagógica nas escolas do campo, expressando as divergências políticas entre a concepção de educação rural pautada na política pública estatal e a concepção de campo pautada no debate empreendido pelos movimentos sociais de trabalhadores. (SOUZA, 2008).

Souza (2008) relata que a própria academia vem, aos poucos, interessando-se pela prática desenvolvida pelos movimentos sociais do campo.

O lançamento do Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária, em 1998, demonstra o fortalecimento da educação do campo na política educacional; demonstra a força dos movimentos sociais, conquistada pelo acúmulo de experiências e conhecimentos na área (SOUZA, 2008).

O marco da inserção da educação do campo na agenda política e na política educacional pode ser indicado a partir da LDB 9394/96, ao afirmar, em seu artigo 28, a possibilidade de adequação curricular e metodologias apropriadas ao meio rural; flexibilizar a organização escolar, com adequação do calendário escolar. (SOUZA, 2008).

Na seqüência, houve a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, destacando que a educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta,



da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações de sociedade humana (Brasil, 2001, p. 1 apud SOUZA, 2008).

Registra-se, ainda, nas Diretrizes, a possibilidade de elaboração de Propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso do avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas (Idem, *ibid.*, p. 25 apud SOUZA, 2008).

Não só há no campo uma dinâmica social, ou movimentos sociais no campo, também há um movimento pedagógico (ARROYO E FERNANDES, 1999)

A educação faz parte da dinâmica social e cultural mais ampla. Os educadores estão entendendo que estamos em um tempo propício, oportuno, histórico para repensar radicalmente a educação porque o campo no Brasil está passando por tensões, lutas, debates, organizações, movimentos extremamente dinâmicos (ARROYO E FERNANDES, 1999).

Como educadores, temos de ter sensibilidade para essa dinâmica social, educativa e cultural, e perguntar-nos que novos sujeitos estão se constituindo, formando, que crianças, jovens, adultos, que mulheres, que professoras e professores, que lideranças, que relações sociais de trabalho, de propriedade, que valores estão sendo aprendidos nesse movimento e dinâmica social do campo (ARROYO E FERNANDES, 1999).

Os currículos das escolas básicas do campo não podem reproduzir o conjunto de saberes inúteis que estamos agora retirando da própria escola da cidade. O homem e a mulher do campo e da cidade têm saberes mais sérios a aprender e a dominar (ARROYO E FERNANDES, 1999).



Temos uma larga história que sempre defendeu que os saberes que a escola rural deve transmitir devem ser poucos e úteis para mexer com a enxada, ordenar a vaca, plantar, colher, levar para a feira ... Aprender apenas os conhecimentos necessários para sobreviver e até para modernizar um pouco a produção, introduzir tecnologias, sementes, adubos, etc. Essa visão utilitarista sempre justificou a escola rural pobre, os conteúdos primaríssimos, a escolinha das primeiras letras (ARROYO E FERNANDES, 1999).

Um projeto de educação básica do campo tem de incorporar uma visão mais rica do conhecimento e da cultura, uma visão mais digna do campo, o que será possível se situamos a educação, o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a cultura como direitos e as crianças e jovens, os homens e mulheres do campo como sujeitos desses direitos (ARROYO E FERNANDES, 1999).

## CONCLUSÕES

A literatura indica que a educação do campo emergiu de movimentos sociais e que ela deve ser voltada para seus interesses, não se reduzindo às práticas utilitaristas, mas numa educação mais profunda, democrática, participativa, valorizando sua cultura, possibilitando o acesso à tecnologia e a transformação social.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: Articulação nacional por uma educação básica do campo, 1999. Coleção por uma educação básica do campo, n<sup>o</sup> 2.

SILVEIRA, Ivanete Gomes. **A educação na ponte campo-cidade: saberes necessários à formação do professor**. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 78-97, jan./jun. 2011.

SOUZA, Maria Antonia. **Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicam>